

## A ARGUMENTAÇÃO EM RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO

Cristina Aparecida COLASANTO  
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)  
criscolasanto@yahoo.com.br

**RESUMO:** Este trabalho é um recorte de uma pesquisa desenvolvida para Mestrado, em que se procura analisar a linguagem argumentativa como forma de explicitar o processo de ensino-aprendizagem. A fundamentação teórica dessa análise tem como base o conceito bakhtiniano de linguagem (Bakhtin/ Volochinov, 1929), o conceito de avaliação mediadora segundo a perspectiva sócio-histórica-cultural (Vygotsky, 1930, 1934) e o conceito de linguagem argumentativa (Carragher 1983, Koch 1984, Bronckart 1997, Liberali 2000). Trata-se de uma pesquisa-ação, de base crítica (Kincheloe, 1993).

**PALAVRA - CHAVE:** processo de ensino-aprendizagem; relatório de avaliação; linguagem argumentativa.

*ABSTRACT: This article is part of a research developed during the master. It aims at analyzing the argumentative language as a way of explaining the teaching-learning process. The work is based on the bakhtinian concept of language (Bakhtin/Voloshinov, 1929). Concerning mediated evaluation, it is based on the social cultural historical theory perspective (Vygotsky, 1930, 1934) and also on the concept of argumentative language (Carragher 1983, Koch 1984, Bronckart 1997, Liberali 2000). This is an action-research of critical basis (Kincheloe, 1993).*

*Key words: teaching-learning process, evaluation report, argumentative language.*

### 0. Introdução

Como professora de Educação Infantil na rede municipal, enfrento dificuldades na realização de relatórios que visam a contribuir ou acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, sem cair na armadilha da classificação e do juízo de valor. Esse enfrentamento diário

impulsionou-me a desenvolver um conjunto de relatório de avaliação, como parte da pesquisa de Mestrado, utilizado na avaliação dos alunos no 2º semestre de 2005, com autorização da direção escolar, da coordenação pedagógica e dos responsáveis pelos alunos.

O objetivo deste artigo é analisar a linguagem argumentativa em relatório de avaliação, elaborado para a Educação Infantil como forma de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem. Para isso, será analisada a seqüência argumentativa (Bronckart, 1997) de um relatório de avaliação, produzido pela professora-pesquisadora.

Em relação à avaliação na Educação Infantil, cabe ressaltar que esse assunto é tratado por autores brasileiros e estrangeiros, como Oliveira (2002), Diego (2003) e Hoffmann (2004), por linhas teóricas diferentes. Ademais, trata-se de um assunto recorrente nos documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L.D.B.) nº 9394/96, Seção II, no artigo 31 que assegura o seguinte: "Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental".

Com base na L.D.B. 9394/96, um outro documento distribuído nas escolas, o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil - R.C.N.E.I. - (1998) também fundamenta na avaliação contínua do desenvolvimento da criança. Nesse documento, a avaliação é tratada como conjunto de ações, tais como a observação e o registro a respeito das aulas e dos alunos, que auxiliam o professor a refletir sobre sua prática e sobre a aprendizagem do aluno, com a função de acompanhar, orientar e redirecionar esse processo como um todo.

Tanto na L. D. B quanto no C.N.E.I., o destaque é para a avaliação contínua, visando ao acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, idéia defendida por estudiosos do assunto como Luckesi (1994), Perrenoud (1996) e Esteban (2003). No entanto, esses documentos oficiais apresentam conceitos amplos sobre a avaliação, permitindo uma variedade de procedimentos avaliativos nas escolas como registros descritivos de aspectos comportamentais da criança, classificação sobre o que a criança sabe ou não fazer, julgamento de valor (aluno briguento, obediente, caprichoso etc.).

Todos esses esforços importantes, como os estudos em torno da avaliação contínua no contexto da Educação Infantil, ainda não foram esgotados. Faltam discussões e pesquisas em torno da organização das ações e dos registros escritos sobre a avaliação infantil.

A seguir, apresento os pressupostos teóricos sobre linguagem (Bakthin/Volochinov, 1929); o relatório como instrumento de mediação entre professor e aluno pela perspectiva sócio-histórica-cultural

(Vygotsky 1930, 1934) e a argumentação (Carraher 1983, Koch 1984, Bronckart op.cit, Liberali 2000).

## 1. Discussão teórica

### 1.1 Concepção de linguagem

A questão da linguagem nos relatórios de avaliação torna-se fundamental, uma vez que ela é o ponto de partida das relações humanas e sociais, e é por ela que o indivíduo se constrói, reproduz modelos socialmente já pré - estabelecidos e também os transforma. (Bakhtin/Volochinov, 1929). Desse modo, a linguagem ocupa um papel fundamental tanto na construção desse relatório quanto na negociação discursiva de como esse deve ser elaborado; a quem se destina (aos pais dos alunos, professor da série seguinte).

Na teoria bakhtiniana de dialogismo, as noções de enunciado/enunciação marcam o campo discursivo a ser estudado. Para o filósofo da linguagem, a concepção de enunciado/enunciação é tecida pela dimensão discursiva, constituída historicamente e socialmente entre os sujeitos, liga-se a enunciações anteriores e posteriores que circulam o discurso (Brait, Melo, 2005). Os seres humanos constituem-se uns aos outros em relações dialógicas, inseridas em um contexto social, estando, assim, os estudos bakhtinianos embasados na visão dialógica por uma perspectiva semiótica e social.

No relatório de avaliação, a linguagem argumentativa organiza-se pelos seus aspectos dialógicos, pois, ao escrever um relatório, recuperam-se diferentes vozes que compõem o discurso escolar para dar um sentido argumentativo aos dados apresentados.

O relatório caracteriza-se pela multiplicidade de vozes sociais, culturais e ideológicas representadas, que ecoam na produção do instrumento relatório e nas concepções de ensino-aprendizagem, materializadas nesse instrumento pela linguagem.

Em relação à produção do relatório de avaliação, Bronckart (1997) discute que o ser humano, ao interagir no mundo, avalia o outro, constantemente e, igualmente, é avaliado. Essa ação revê inclusive o modo de agir do indivíduo com base nas avaliações do outro. Pautado nos estudos teóricos de Vygotsky (1930, 1934) e Bakhtin (1929), o pesquisador da Universidade de Genebra Bronckart (op.cit.) analisa, dentre outras questões, o efeito dessa atividade e dessa linguagem apresentada empiricamente nos textos, centrando-se, também, nas condutas históricas e sociais de suas produções textuais.

A seguir, discutirei sobre avaliação, concepção de ensino-aprendizagem e sobre a linguagem argumentativa que também embasam esse trabalho.

## 1.2. A avaliação mediadora na concepção sócio-histórico-cultural de ensino-aprendizagem e a linguagem argumentativa

Segundo Fidalgo (2002), a perspectiva de avaliação mediadora fundamenta-se na concepção de ensino-aprendizagem Sócio-Histórico-Cultural, tendo como precursor dessa teoria o psicólogo russo Vygotsky (1930, 1934).

Para ele, a aprendizagem é propiciadora do desenvolvimento humano. Assim, ela ocorre na criança desde seu nascimento, nas interações com outros sujeitos da sociedade. Essa interação é mediada principalmente pela linguagem, e o aprendizado movimenta vários processos internos de desenvolvimento na criança, que, sem ajuda externa, seriam impossíveis de acontecer.

Sob essa perspectiva, a escola desempenha um papel significativo para o aprendizado e desenvolvimento da criança, por ser um local em que ela está interagindo com outros sujeitos, construindo e trocando conhecimentos.

Buscando compreender a relação entre aprendizado e desenvolvimento, Vygotsky (1934:112) identifica nessa relação a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Sua definição é a seguinte:

Ela é a distancia entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com outras pessoas.

Ao considerar o conceito de ZDP, a intervenção pedagógica e a avaliação devem ocorrer entre o nível de desenvolvimento real e potencial de cada aluno, criando possibilidades de desenvolvimento e interação do aluno no seu processo de aprendizagem (Daniels, 2003).

Um relatório deve contemplar a avaliação mediadora, sob essa perspectiva de ensino-aprendizagem, uma vez que a mediação, segundo Daniels (2003:24), "se constitui de instrumentos semióticos e materiais como meios através dos quais o ser humano age sobre fatores culturais, sociais e históricos e também sofre com a ação deles".

A tarefa do avaliador é articular os conceitos construídos pela criança e formas mais elaboradas de compreensão da realidade. Nesse

caso, a avaliação, no seu papel de mediação, cria uma Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky, op.cit.), já que, ao contemplar a mediação, a avaliação pode constituir-se pela linguagem argumentativa (Liberali, 2000).

A argumentação nos relatórios propicia ou organiza a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem das crianças, como a mediação entre professor-aluno, aluno-aluno, as intervenções pedagógicas e a atuação na ZDP. Ademais, comunica aos pais e/ou professores da série seguinte a aprendizagem-desenvolvimento da criança na escola. Para isso, o professor precisaria compreender os pressupostos da argumentação, enquanto defesa de suas idéias e na construção de relatórios.

Em busca de uma definição sobre a argumentação, Carraher (1983) a define como um conjunto de afirmação que inclui, pelo menos, uma conclusão. Quando uma pessoa apresenta e defende suas idéias diante de outras pessoas, ela realiza a argumentação.

Para Koch (1984), a interação social ocorre por meio da linguagem e se caracteriza pela argumentatividade. O ser humano, por intermédio do discurso, avalia, julga, critica e forma juízos de valor. O ato de convencer e persuadir é uma das características da argumentação.

Esse conceito foi recuperado em relação à formação de professores por Liberali (2000), que entende a argumentação como uma ferramenta capaz de levar o professor à reflexão, em busca de um pensar consciente sobre suas ações, e permitir que ele atribua sentidos e significados intencionais à prática educativa.

Sobre a questão da seqüência argumentativa na planificação de um texto escrito ou oral, Bronckart (1997) considera que o raciocínio argumentativo implica, em primeiro lugar, a existência de uma tese, a respeito de um determinado tema. Sobre o pano de fundo dessa tese anterior, novos dados são propostos, objeto de uma inferência (apoiado por algumas justificações, restrições), que orienta para uma conclusão ou nova tese.

A seqüência argumentativa divide-se em premissas, apresentação de argumentos, contra-argumentos e conclusão. Esse tipo de seqüência encaixa-se nos tipos de discurso a serem analisados no decorrer desse artigo.

## 2. Metodologia

Esta pesquisa, de base crítica, procura ferramentas não só para entender ou descrever o mundo da prática, mas para transformá-lo (Kincheloe, 1993). Trata-se de uma pesquisa-ação, considerada por

Thiollent (2004) como ação de transformação dentro de um contexto social: por essa transformação, produz-se conhecimento.

A coleta de dados foi realizada na cidade de São Paulo em uma escola municipal de Educação Infantil, que atende crianças de 4 a 6 anos de idade.

Além da participação da professora-pesquisadora, este estudo contou com a participação de 35 alunos de 4 anos de idade, e muitos freqüentavam a escola pela primeira vez. Foram redigidos relatórios de avaliação para todos os alunos, mas, neste artigo, serão apresentados 4 exemplos (ou trechos) para efeito de divulgação parcial. Nos relatos apresentados, os nomes dos alunos são fictícios, de modo a garantir o anonimato dos participantes.

Para analisar os tipos de discursos mobilizados no relatório, foram utilizadas as Seqüências e as formas de planificação de texto (Bronckart, 1997), especialmente a seqüência argumentativa. Segundo Bronckart (op.cit.), a argumentação tem como objetivo convencer ou persuadir o interlocutor. O raciocínio do texto argumentativo apresenta-se como uma sucessão de quatro fases.

- a) a premissa propõe uma constatação de partida;
- b) a apresentação de argumentos sustenta uma conclusão provável;
- c) a apresentação de contra-argumentos opera uma restrição em relação à orientação argumentativa;
- d) conclusão (ou de nova tese) integra os efeitos dos argumentos e contra-argumentos.

Essas fases podem ser realizadas de modo simplificado (por exemplo, passar diretamente da premissa à conclusão, ou dos argumentos à conclusão), mas podem também ser realizadas de modo mais complexo: explicitação de uma tese anterior, entrelaçamento dos argumentos e contra-argumento, conclusão.

A seguir, apresentarei os resultados.

### 3. Análise e resultados

O relatório de avaliação apresenta alguns critérios observados nos alunos de 4 anos de idade (quadro 1). Eles foram definidos a partir das áreas do conhecimento propostas pelos R. C.N.E.Is: Linguagem oral e escrita, Matemática, Natureza e Sociedade, Artes Visuais, Música, Movimento. Além dessas áreas, foram utilizados alguns itens que norteiam o professor em relação à avaliação dos alunos, perante seus registros e observações durante as aulas.

Para este trabalho, foram selecionados os seguintes dados para análise: o quadro 1 exemplifica um dos critérios de avaliação utilizado no relatório, dentre as áreas de conhecimento, já mencionadas, o quadro 2 mostra a análise de uma seqüência argumentativa e o quadro 3 indica orientações aos pais dos alunos.

Matemática

B) Noção espaço-temporal (ontem, hoje, amanhã, aqui, lá).

Quadro 1: Exemplo de critério do relatório de avaliação

A seguir, apresento a análise de uma seqüência argumentativa a partir do critério já mencionado, para avaliar o aluno (quadro 2).

O Vitor apresenta dificuldades para estabelecer a noção-temporal (PREMISSA). Por exemplo, ele diz que faltou "hoje" por que estava doente, em vez de dizer "ontem" (ARGUMENTO). Sobre essa questão, temos realizado atividades, como o quadro de rotina com os dias da semana, calendário do mês, para que o Vitor e seus colegas percebam as noções de tempo (CONCLUSÃO COM SOLUÇÃO).

Quadro 2: Seqüência argumentativa

O relato de avaliação parte de uma constatação de partida ou premissa "*O Vitor apresenta dificuldades para estabelecer a noção-temporal*". A partir dessa tese inicial, são apresentados argumentos, através de exemplos do cotidiano da sala de aula para reforçar a tese inicial: "*Por exemplo, ele diz que faltou "hoje" por que estava doente, em vez de dizer "ontem"*".

O marcador "sobre essa questão" indica uma forma de recuperar o argumento anterior para propor uma conclusão com solução, que seriam nesse caso, as intervenções pedagógicas: "*Sobre essa questão, temos realizado atividades, como o quadro de rotina com os dias da semana, calendário do mês*".

O uso do "como" introduz as situações em que há atividades relacionadas com a noção-temporal. A apresentação desses exemplos tem como objetivo proporcionar a compreensão do leitor sobre o cotidiano da sala de aula e as situações concretas de ensino-aprendizagem.

Para concluir a seqüência, usa-se o operador "para que", com a função de explicar e sustentar o enunciado anterior. A conclusão refere-se a "*Vitor e seus colegas*", indicando que essa dificuldade não é só

dele, mas de outros também. O fato de citar “os colegas” e o emprego do verbo “*percebam*” na 3ª pessoa do plural reforça a idéia de convencimento, pois significa que há outros alunos com a mesma dificuldade. Isso também mostra aos familiares que essa dificuldade não é exclusiva de uma determinada criança.

Em relação ao processo de ensino-aprendizagem, esse relatório mostra que a professora procura criar instrumentos como *o quadro de rotina com os dias da semana, calendário do mês*, para que o aluno aprenda a noção-temporal ainda não interiorizada. Também revela que essa não é uma dificuldade individual, partindo para uma observação geral da classe.

Para argumentar, é necessário que o professor apresente pontos de partida pertinentes à aprendizagem, estabelecendo relações com exemplos do cotidiano ocorridos em sala de aula. Quem argumenta tem sempre a intenção de convencer seus destinatários e validar a avaliação faz. Nesse sentido, verifica-se que a argumentação permeia todo o relatório.

No quadro 3, o relatório aparece como instrumento de comunicação entre a escola e os familiares.

1) Linguagem Oral e Escrita

C) Interpretação de histórias, textos, figuras, envolvendo a “leitura de mundo”.  
(CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO)

Tanto na roda da história como no manuseio de livros, a Daniela costuma nomear as figuras, apontando - as e dizendo, por exemplo, esse é o cachorro, esse é o gato, etc, sem interpretar os acontecimentos da história (ARGUMENTOS). Temos realizado atividades como “leitura de histórias” em grupo, um colega conta história para o outro, procuro realizar também a leitura da história junto com a Daniela, ajudando-a “interpretar” as figuras, e perguntando: “o quê aconteceu nessa parte? E depois? Por quê?”. A família também pode contribuir para essa questão, contando histórias para a Daniela ou até pedindo para ela falar, explicar, as atividades realizadas na escola (CONCLUSÃO COM SOLUÇÃO).

Quadro 3: Avaliação e orientação aos pais dos alunos

O marcador *também* sugere que o trabalho realizado na sala de aula não é exclusividade da escola, podendo ser compartilhado com a família da criança.

Ao sugerir essas orientações, a professora pôde ter considerado o contexto da criança como o fato de os familiares serem alfabetizados, o interesse na educação escolar da aluna e a participação nas reuniões. O emprego do *pode contribuir* funciona como modalizador da sentença, para que os familiares não se sintam intimidados com a orientação.



O relatório de avaliação ocupa o papel de mediar a relação entre família-escola, pois os familiares podem não só compreender, mas questionar a avaliação realizada sobre a criança.

### Considerações finais

Na linguagem do relatório de avaliação, utilizam-se recursos lingüísticos com a função de persuadir seus destinatários (pais dos alunos, professor da série seguinte) e convencê-los do processo de aprendizagem em andamento.

Para argumentar, é necessário que o professor apresente ponto de partida pertinente à aprendizagem, exemplos do cotidiano ocorridos em sala de aula com a intenção de convencer seus destinatários e validar a avaliação que se faz sobre o aluno.

Sobre a produção do relatório, a argumentação abre possibilidade para que o professor possa refletir sobre sua prática e reconhecer o processo de aprendizagem de seus alunos. Esse instrumento funciona como elemento a favor de quem aprende, de quem ensina e como um elo comunicativo entre a escola e a família dos alunos.

Nesse caso, a linguagem do relatório precisa estar acessível ao entendimento dos pais dos alunos, em um ambiente educacional propício, para que eles possam não só compreendê-la, mas fazer suas considerações sobre ela e, assim, tornar-se co-enunciadores do processo avaliativo.

O educador brasileiro Freire (1987) explica que a educação não é neutra, uma vez que tem um caráter político e ideológico que marca sua prática. Dessa forma, os instrumentos de avaliação são atividades intencionais e educativas, que estão entrelaçadas às concepções de ensino-aprendizagem do educador. Assim, exigem uma postura profissional crítica em avaliação, pois ao avaliar o aluno, o professor também avalia seu trabalho.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BAKHTIN, M/ Volochinov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. (Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRAIT, B.; MELO, R. Enunciado/ enunciado concreto/ enunciação. In: BRAIT, B. (org.). *Bakthin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n° 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

- BRONCKART, J. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. (Trad. Anna Rachel Machado Péricles Cunha). São Paulo: Educ, 2003/1997.
- CARRAHER, D. *Senso crítico do dia-a-dia das ciências humanas*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- DANIEL, H. *Vygotsky e a Pedagogia*. São Paulo: Loyola, 2003.
- DIEGO, J. A avaliação na Educação Infantil (3-6 anos). Quem necessita de que informação e para quê? In BALLESTER, M. *Avaliação como apoio à aprendizagem*. (Trad. Valério Campos). Porto Alegre: Artmed, 2003.
- FIDALGO, S. S. *A avaliação no ensino-aprendizagem: ferramenta para a formação de agentes críticos*. Dissertação de Mestrado. LAEL. PUC-SP. 2002.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOFFMAN, J. *Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. 11<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- KINCHELOE, J. L. *A formação do professor como compromisso político: Mapeando o Pós - Moderno*. (Trad. Nilze Maria Campos Pellanda). Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- KOCH, I. G. V.. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- LIBERALI, F.C. *Developing argumentative process for critical reflection*. Research Sig and Teacher Development Sig Special Joint Issue, Leuven, v. Jun/00, 62-66, 2000.
- OLIVEIRA, Z. de M. R. de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação – 13<sup>o</sup> ed*. São Paulo: Cortez, 2004.
- VYGOTSKY, L. S.. *Pensamento e Linguagem*. Trad. Jefferson Luis Camargo. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes. 1987.
- \_\_\_\_\_. *Formação Social da Mente*. Trad. José Cipolla Neto Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Recebido em setembro de 2007  
Aprovado em abril 2008